

O flagrante do primeiro "traidor da Constituição"

11 JUL 1988 JORNAL DA TARDE

Contrariando uma ordem do juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que proibiu toda a propaganda do governo paulista que não tivesse um caráter impessoal, o governador Orestes Quércia desfilou neste final de semana, mais uma vez, o festival de fantasias e engodos com que abusa da paciência dos incautos telespectadores paulistas (e, mais grave, os engana descaradamente). A ordem do juiz Nivalde Dalzano para que a publicidade oficial do Palácio dos Bandeirantes fosse suspensa baseou-se numa ação popular movida pela deputada Ruth Escobar e sustenta-se no artigo da nova Constituição que determina que a propaganda estatal não poderá mais conter símbolos, nomes e imagens que signifiquem qualquer tipo de promoção pessoal de governantes ou funcionários públicos; poderá ser puramente informativa e educativa.

E o sr. Quércia, em suas aparições na televisão, não faz outra coisa a não ser autopromover-se e apresentar obras e realizações que não guardam muita semelhança com a realidade de seu governo, seguramente um dos mais mediócras que este Estado já experimentou, para não falar no seu aspecto ético. Assim, o governador paulista tornou-se, muito provavelmente, o primeiro cidadão brasileiro a descumprir, consciente e propositalmente, uma determinação da Carta Magna promulgada na semana passada, com pompa, circunstância e muita emoção por parte dos políticos. Governador do Estado mais importante da Federação e com pretensões à Presidência da República, o sr. Orestes Quércia deveria ser o primeiro a cuidar para que as leis vigentes no país sejam respeitadas e cumpridas. No entanto, ao contrário, ele se tornou o primeiro político a se enquadrar na classificação dada pelo deputado Ulysses Guimarães aos que não obedecerem ao texto constitucional: "Traidor da Constituição é traidor da Pátria". O presidente Sarney corre o risco de merecer a mesma classificação com o seu "BR TV" no ar desde sexta-feira.

A afronta ao Poder Judiciário pelo inquilino do Palácio dos Bandeirantes é chocante, mas de forma alguma é surpreendente. Ao longo de toda a sua vida pública o sr. Orestes Quércia não tem tido outra culpa a não ser desrespeitar todas as normas éticas que deviam reger o comportamento dos políticos e dos governantes num regime democrático, sejam as normas escritas nos códigos, sejam as normas éticas tacitamente consagradas pela sociedade. O sr. Quércia é o arquétipo do político brasileiro que faz da coisa pública assunto de interesse privado seu e de seus amigos.

Na semana passada, por exemplo, para ficarmos apenas nas histórias mais recentes, o governador paulista já havia dado duas claras demonstrações do seu desrespeito à justiça.

Respondendo a um pedido da 11ª Vara da Fazenda Pública, o governador informou que já gastou em propaganda, de abril de 1987 a julho deste ano, Cz\$ 2,054 bilhões. Os dados estão absolutamente falseados. Segundo uma empresa especializada neste tipo de levantamento, contratada pelos deputados estaduais do PT, somente no mês de julho deste ano o governo paulista consumiu Cz\$ 1,766 bilhão em propaganda, pouco menos do que o sr. Quércia diz que gastou em um ano e três meses. Para chegar aos seus números o governador fez uma mágica grosseira: simplesmente omitiu os gastos das empresas estatais, como Banespa, Caixa Econômica, Eletropaulo, que têm um orçamento muito maior do que o da administração direta e de onde está saindo a maior parte dos recursos para pagar a publicidade do seu governo.

Quanto ao desrespeito à sociedade, aos cidadãos que pagam impostos e têm o direito de esperar que esse dinheiro seja usado em benefício de toda a população, ele pode ser avaliado considerando-se dois aspectos principais: 1º) a verba fantástica que é "aplicada" na promoção do governador enquanto todos os serviços públicos estaduais se estão deteriorando rapidamente (vide o Metrô e os constantes vazamentos de adutoras da Sabesp), e os funcionários estaduais são submetidos a um arrocho salarial sem precedentes neste Estado e que gera repetidas greves no setor estatal, como as que temos agora nas universidades estaduais e na área de saúde, com imensos prejuízos para toda a população; 2º) o próprio conteúdo da publicidade, que, além de só promover a pessoa do governador, o faz em cima de projetos e de intenções — **viabilizações** —, nunca realizações.

É esse senhor que se julga no direito de se apresentar, agora, como o maior crítico da política de semi-austeridade que os ministros da Fazenda e do Planejamento tentam pôr em prática para livrar o país do perigo da hiperinflação, cada vez mais evidente e mais assustador.

Com sua habitual "cara de pau" ele não hesita em fantasiar a sua raiva por ter sido atingido por essa política, que reduz os recursos do Estado, que ele aplica em benefício eleitoral próprio, em ira santa contra os que estão "levando o povo à desesperança" etc. etc. e tal.

E o senador Afonso Arinos que afirmava, no discurso pronunciado na festa da promulgação, existir um "movimento orquestrado que visa desmoralizar a classe política", com o objetivo de "acabar com as liberdades que estão garantidas na Constituição que elaboramos como nunca estiveram garantidas em nenhuma outra"?

Quando um governador de São Paulo apresenta esse padrão ético não é preciso orquestrar movimento algum para que toda a classe política se desmoralize perante a opinião pública, como acontece neste momento. O pior é que quando essa desmoralização ultrapassa certos limites não há Constituição por melhor que seja que garanta a sobrevivência das liberdades públicas. O sr. Quércia sabe disso, por experiência própria.

Como disse judiciosamente o dr. Ulysses, que não se pejou de aplaudir e endossar a demagogia barata do governador de São Paulo, em sua oração à nova Constituição, "a moral é o cerne da Pátria" (!). E isso aí é "o cupim da República"...